

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO		FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
PORTARIA SPU/MGI Nº 11.210, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025		PORTARIA ENAP Nº 74, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025	
<p>Doação com Encargo ao Município de Chã Grande, Estado de Pernambuco, do imóvel da União, localizado na Travessa 20 de Dezembro, s/n, no Município de Chã Grande/PE, objetivando a manutenção da prestação de serviços de assistência social (Centro de Convivência de Idosos, Cozinha Comunitária, Associação Unida da Família em Ajuda Social - Santuário Maria - AUFA, Banda Musical Pedro Jorge Frassati), bem como funcionamento da Secretaria de Desenvolvimento Social e do Departamento de Transportes do Município.</p> <p>A SECRETÁRIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS, no uso das atribuições que lhe foram subdelegadas pela Portaria SEDDM/ME nº 12.485, de 20 de outubro de 2021, Portaria MGI nº 771, de 17 de março de 2023, e tendo em vista o disposto no art. 31 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, no art. 76, I, "b", da Lei nº 14.133/2021, e na deliberação/autorização do Grupo Especial de Destinação Supervisionada GE-DESUP (GE-DESUP-2), Ata de Reunião realizada em 14 de novembro de 2025, bem como os elementos que integram o Processo Administrativo nº 04962.000775/2013-91, resolve:</p> <p>Art. 1º Autorizar a doação com encargo ao Município de Chã Grande/PE do Imóvel da União, com área de 8.000,00m² de terreno e benfeitorias, localizado na Travessa 20 de Dezembro, s/n, no Município de Chã Grande/PE, matriculado sob o número nº 7675 do Cartório do 1º Ofício Notarial e Registral de Gravatá/PE.</p> <p>Art. 2º A doação a que se refere o art. 1º destina-se à regularização de utilização do imóvel para continuação de prestação de serviços de assistência social (Centro de Convivência de Idosos, Cozinha Comunitária, Associação Unida da Família em Ajuda Social - Santuário Maria - AUFA, Banda Musical Pedro Jorge Frassati), bem como funcionamento da Secretaria de Desenvolvimento Social e do Departamento de Transportes do Município.</p> <p>Art. 3º Fica o donatário responsável pela regularização do imóvel no Cartório de Registro de Imóveis.</p> <p>Parágrafo único. O disposto no art. 2º deverá constar na averbação registrada na respectiva matrícula do imóvel.</p> <p>Art. 4º O donatário terá o prazo de 06 (seis) meses, para o cumprimento do encargo contado da data de assinatura do contrato, prorrogável a critério da União e desde que requerido tempestivamente.</p> <p>Art. 5º O encargo de que trata o art. 2º será permanente e resolutivo, revertendo automaticamente os imóveis ao patrimônio da União, independentemente de qualquer indenização por benfeitorias realizadas, se não for cumprida a finalidade da doação, se não subsistirem as razões que a justificaram, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista, se houver inobservância de qualquer condição nela expressa, ou ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.</p> <p>Art. 6º A presente doação não exime o donatário de obter todos os licenciamentos, autorizações e alvarás necessários à implantação e à execução do projeto, bem como de observar rigorosamente a legislação e os respectivos regulamentos das autoridades competentes e dos órgãos ambientais.</p> <p>Art. 7º Responderá o donatário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existente.</p> <p>Art. 8º É vedado ao donatário alienar o imóvel recebido em doação, no todo ou em parte.</p> <p>Art. 9º Os direitos e as obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explícita ou implicitamente, decorrentes do contrato de doação e da legislação pertinente.</p> <p>Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.</p>		<p>Altera o art. 23 da Portaria Enap nº 44, de 04 de novembro de 2024, que estabelece os procedimentos para cobrança administrativa, parcelamentos e inscrição de créditos não tributários da Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap em Dívida Ativa.</p> <p>A PRESIDENTA DA ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP),no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto aprovado pelo Decreto nº 10.369, de 22 de maio de 2020, e suas alterações, tendo em vista o disposto no Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024, resolve:</p> <p>Art. 1º O Art. 23 da Portaria Enap nº 44, de 04 de novembro de 2024, passa a vigorar com as seguintes alterações:</p> <p>"Art. 23. O valor mínimo de cada parcela será de R\$ 500,00 (quinhentos reais)." (NR)</p> <p>Art. 2º Os parcelamentos já concedidos até a data de entrada em vigor desta Portaria permanecem regidos pelas condições anteriormente pactuadas, salvo se houver manifestação expressa do interessado e concordância da Administração para eventual repactuação, quando cabível.</p> <p>Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p>BETÂNIA LEMOS</p>	
Ministério da Justiça e Segurança Pública			
COMITÊ GESTOR DA REDE INTEGRADA DE BANCOS DE PERFIS GENÉTICOS			
RESOLUÇÃO RIBPG/MJSP Nº 12, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2025			
		<p>Dispõe sobre a inserção, manutenção e exclusão dos perfis genéticos de restos mortais de identidade conhecida nos bancos de dados que compõem a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos.</p>	
<p>O COMITÊ GESTOR DA REDE INTEGRADA DE BANCOS DE PERFIS GENÉTICOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso I, do Decreto nº 7.950, de 12 de março de 2013, resolve:</p> <p>Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre a padronização de procedimentos relativos à análise genética e à inclusão de dados nos bancos que compõem a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos - RIBPG, nos termos da Lei nº 12.654, de 28 de maio de 2012, regulamentada pelo Decreto nº 7.950, de 12 de março de 2013.</p> <p>Art. 2º Os perfis genéticos de restos mortais de indivíduos identificados poderão ser incluídos em bancos de dados de perfis genéticos, mediante solicitação da autoridade policial, do ministério público, ou por determinação judicial.</p> <p>§ 1º A inclusão de perfil genético de restos mortais de indivíduos identificados, mediante solicitação da autoridade policial ou do ministério público, ocorrerá nas seguintes hipóteses:</p> <p>I - quando houver ação penal proposta contra o falecido;</p> <p>II - quando o falecido estiver sendo investigado em inquérito policial, previamente instaurado, para apurar a autoria de crimes praticados mediante violência ou grave ameaça ou</p> <p>III - quando o óbito ocorrer em decorrência de confronto armado.</p> <p>§2º Quando a solicitação for de interesse de investigação criminal, o perfil genético do resto mortal de que trata o caput será inserido em categoria específica denominada "RMI" - Restos Mortais Identificados.</p> <p>§3º O perfil genético inserido na categoria "RMI" não poderá ser utilizado para fins de confronto com perfis genéticos de referências diretas de pessoas desaparecidas, de seus familiares e/ou cônjuges.</p> <p>§4º Quando a solicitação for de interesse de identificação de pessoas desaparecidas, o perfil genético será incluído em categoria específica de familiar de pessoas desaparecidas.</p> <p>§5º A inclusão do perfil de que trata o caput dependerá da obtenção de número de marcadores genéticos equivalente ao exigido para a categoria de restos mortais não identificados.</p> <p>§6º Caso o indivíduo possua condenação por um dos crimes previstos no artigo 9-A da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, o disposto no caput independerá de solicitação de autoridade policial, membro do Ministério Público ou autoridade judiciária.</p> <p>Art. 3º O estabelecimento da identidade de um resto mortal não identificado poderá resultar nas seguintes operações:</p> <p>I - mudança da categoria do respectivo perfil genético, passando a constar da categoria "RMI", desde que haja solicitação da autoridade policial ou judiciária, no interesse de investigação criminal;</p> <p>II - exclusão do perfil do banco de perfis genéticos, se não houver interesse para fins de investigação criminal ou identificação de pessoas desaparecidas;</p> <p>III - mudança do respectivo perfil genético para categoria específica de familiar de pessoas desaparecidas, quando houver informação de vínculo familiar com o desaparecido.</p> <p>Parágrafo único. As alterações de categoria previstas nos incisos do caput não dependem do reprocessamento da amostra biológica.</p> <p>Art. 4º A exclusão dos perfis "RMI" dos bancos de perfis genéticos ocorrerá no prazo de 20 anos após a sua inserção.</p> <p>Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.</p>			
CAROLINA GABAS STUCHI		CARLOS EDUARDO MARTINEZ DE MEDEIROS Coordenador do Comitê Gestor	
PORTARIA SPU/MGI Nº 11.213, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025			
		<p>Doação com Encargo para o Município de Estância do imóvel de propriedade da União, situado na Rua Elysio Matos, S/N, São Jorge no Município de Estância/SE, constituído de área de terreno de 2.500,00m² e área construída 1.350,00m², objetivando a regularização do Centro de Convivência de Idosos "Maria do Carmo Vilaça", da Escola de Educação Infantil "Maria de Oliveira Lima" e do Barracão Cultural "Zé de Clara" no Município de Estância/SE.</p> <p>Art. 1º Autorizar a Doação com encargo ao Município de Estância/SE do imóvel de propriedade da União, com área de terreno de 2.500,00m² e área construída de 1.350,00m², situado na Rua Elysio Matos, S/N, São Jorge no Município de Estância/SE; registrado na Certidão de Matrícula nº 6.040, Livro 2, Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Estância, Estado de Sergipe, e cadastrado sob RIP Imóvel nº 3141.00020.500-1.</p> <p>Art. 2º A doação a que se refere o art. 1º destina-se à regularização do Centro de Convivência de Idosos "Maria do Carmo Vilaça", da Escola de Educação Infantil "Maria de Oliveira Lima" e do Barracão Cultural "Zé de Clara" no Município de Estância/SE.</p> <p>Art. 3º Fica o donatário responsável pela regularização do imóvel no Cartório de Registro de Imóveis.</p> <p>Art. 4º O donatário terá o prazo de 6 (seis) meses para cumprimento do encargo, contado da data de assinatura do contrato, prorrogável a critério da União e desde que requerido tempestivamente.</p> <p>Art. 5º O encargo de que trata o art. 2º será permanente e resolutivo, revertendo automaticamente o imóvel ao patrimônio da União, se não for cumprida a finalidade da doação, se não subsistirem as razões que a justificaram, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista, se houver inobservância de qualquer condição nela expressa ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.</p> <p>Art. 6º A presente doação não exime o donatário de obter todos os licenciamentos, autorizações e alvarás necessários à implantação e à execução do projeto, bem como de observar rigorosamente a legislação e os respectivos regulamentos das autoridades competentes e dos órgãos ambientais.</p> <p>Art. 7º Responderá o donatário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.</p> <p>Art. 8º É vedada ao donatário a possibilidade de alienar o imóvel recebido em doação, no todo ou em parte.</p> <p>Art. 9º O disposto no art. 2º deverá constar da averbação registrada na respectiva matrícula do imóvel.</p> <p>Art. 10. Os direitos e as obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explícita ou implicitamente decorrentes do contrato de doação e da legislação pertinente.</p> <p>Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.</p>	
CAROLINA GABAS STUCHI		DENISE VARGAS TENORIO Substituta	

